

SESSÕES DO PLENÁRIO

46ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 12 de maio de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO MARCELO NILO

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Sales, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (60)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Rogério Andrade comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 03/03/2015.

Do Deputado Paulo Rangel comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 01, 06, 14, 15, 16 e 27/04/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente. (**Oradores inscritos**)

Com a palavra o deputado Luciano Simões Filho, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES FILHO:- Boa-tarde, Sr^{as} e Srs. Deputados, membros das galerias, Sr. Presidente Marcelo Nilo, venho aqui hoje comunicar a todos, a Casa e a quem interessar possa o convite feito pela Academia Feirense de Letras. Os familiares e amigos do ex-senador e ex-governador João Durval Carneiro convidam para o lançamento do livro *João Durval, um construtor de caminhos*, de autoria de Luiz Almeida, que será realizado hoje, dia 12/05, às 18h, no hotel Portobello em Ondina. O livro narra a trajetória de um grande baiano, o ex-governador João Durval.

Quero também fazer o registro do aniversário de 30 anos dos municípios de Rafael Jambeiro e Nordestina, ocorrido na semana passada.

O município de Rafael Jambeiro fica na região de Feira de Santana, próximo aos municípios de Santo Estevão e Castro Alves, no entroncamento da BR 116 e a BR 242, cidade pequena, hospitaleira, de povo civilizado com espírito empreendedor - é essa a grande qualidade do seu povo. Pouca gente sabe, mas, no município de Salvador, existem mais de 700 mercadinhos de bairros de propriedade de cidadãos do município de Rafael Jambeiro.

Estive lá, no aniversário da cidade, acompanhado pelos deputados federais Paulo Azi e Lúcio Vieira Lima. O município é administrado, pela segunda vez, pelo grande prefeito Joeldeval, homem sério, probo que está transformando a cara do município, colocando-o no século XXI, realizando obras em todo o município: na zona rural e também na sede.

Venho também trazer os meus parabéns ao município de Nordestina, fica na região do sisal da Bahia, é o município mais pujante da região, onde foi descoberta a maior mina de diamante que existe no Brasil, onde está instalada uma grande indústria de exploração de minérios de origem indiana. A cidade é administrada pelo Sr. Ito, prefeito pela quarta vez, admirado na região como referência na administração pública. Nesses quatro mandatos nunca teve suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas ou qualquer outro órgão fiscalizador. Com muito orgulho, parabenizo o município de Nordestina, da região do sisal.

Finalizando o meu pronunciamento, parabenizo esta Casa pela realização da sessão itinerante da Assembleia Legislativa, no município de Santo Antônio de Jesus, com a presença de vários deputados estaduais, prefeitos, vereadores e lideranças políticas de toda a região, em que foram debatidos problemas importantes daquela região.

Fiz essa pergunta lá e repito aqui, no Plenário: por que em todo o Brasil estão acontecendo obras de duplicação da BR-101 menos na Bahia? O Município de Santo Antônio de Jesus é uma máquina em desenvolvimento na região do Recôncavo Baiano, mas, infelizmente, os governos federal e do Estado não combinam com o desenvolvimento do povo daquela terra.

Temos que lembrar também o fechamento do Estaleiro Enseada do Paraguaçu,

o que está sendo, na verdade, um desastre para toda aquela região.

Meus parabéns ao Sr. Presidente, Marcelo Nilo, pela iniciativa e a todos os deputados que lá compareceram.

Boa-tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, vim aqui, hoje, abordar dois temas importantes para dois municípios baianos.

Primeiro, quero falar sobre o Município de Jacobina, esse importante município de nosso Estado, polo de uma região, mas que tem sofrido muito com os péssimos serviços da Embasa. Lá, as obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário se encontram totalmente paradas. E a Embasa diz que já pagou à empreiteira, que diz não ter recebido o pagamento. Não quero saber de quem é a culpa, tampouco quem está com a razão. Quero, deputado Herzem Gusmão, é que essa obra aconteça. É uma obra importantíssima para a Cidade de Jacobina e está parada, com buracos e mais buracos pela cidade. E a prefeitura tem, muitas vezes, que fazer o papel da Embasa ou da empreiteira.

Então, fica, aqui, a minha cobrança, mais uma vez, para a Embasa. Ela tem que tomar providências e resolver a situação da Cidade de Jacobina. A Embasa, que vem aumentando a taxa de água... Enfim, a população paga por um serviço mais caro e a Embasa não presta serviços, realmente, de qualidade.

O outro assunto, deputado Herzem Gusmão, que venho cobrar nesta tribuna é sobre as obras do governo do Estado que estão paralisadas. Várias e várias obras que, antes da eleição, foram anunciadas, iniciadas, e logo depois da eleição pararam. Ninguém sabe, ninguém viu o que aconteceu.

Tive a oportunidade de visitar o importante Município de Mutuípe, no Vale do Jiquiriçá, por onde passa a BA-540, estrada situada na divisa entre Mutuípe e Amargosa. É uma estrada importante pois vários estudantes a utilizam a fim de irem estudar em Amargosa. Muitas pessoas passam por ela: comerciantes, estudantes, enfermos, e a estrada está, deputado Targino Machado, em péssimas condições, praticamente intrafegável. Não se trafega mais por essa estrada. Antes da eleição, o governo lançou a ordem de serviço, no dia 23 de setembro de 2014, para uma obra no valor de 6,4 milhões de reais; lançou uma licitação, fez festa, colocou máquinas, e até agora nada. A estrada se encontra totalmente paralisada. Fui ao Município de Mutuípe e fiquei estupefato. Mais uma vez o governo comete o mesmo erro de anunciar as obras, iniciá-las, e depois paralisá-las.

Então, fica, aqui, o meu pedido para a Secretaria de Infraestrutura do Estado e para o Derba para que digam o que é que aconteceu com essa estrada, com a BA-540, no Município de Mutuípe...

O Sr. Marquinho Viana:- O Derba acabou.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Fica a minha pergunta para a Secretaria de Infraestrutura do Estado: o que tem acontecido?

Está aqui o deputado Eduardo Salles, com quem tenho debatido diversas vezes sobre várias obras paralisadas em nosso Estado.

Fica, aqui, a minha cobrança para a Embasa no intuito de saber o que está acontecendo com o esgotamento sanitário no Município de Jacobina, e, também, a minha cobrança à Secretaria de Infraestrutura do Estado para que me diga o que está acontecendo com a estrada que liga Mutuípe a Amargosa. São R\$ 6 milhões e 300 mil que foram anunciados, a ordem de serviço foi assinada, e nada! Não há estrada, não há obras, não há máquina, não há nada!

A população, que criou uma grande expectativa pela realização dessa importante obra, essa importante estrada, está decepcionada e sofrendo diariamente com as péssimas condições da estrada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, colegas da imprensa, servidores que ocupam as Galerias Paulo Jackson, ao chegar a esta Casa encontrei no gabinete do colega deputado Bruno Reis, que, hoje, é um dos secretários da equipe do prefeito ACM Neto, um interessante projeto de lei, ao qual demos entrada e já repercute no Estado da Bahia.

Não é uma tarefa fácil manter um veículo, um carro. Geralmente, grande parcela da população brasileira paga seu carro em prestações, e depois o emplacamento. Inventaram uma vistoria veicular; há o custo caríssimo dos combustíveis e insumos. Portanto, manter um carro, hoje, é uma tarefa difícil.

Demos entrada do projeto nesta Casa, que é uma maneira de colaborar com o governo, porque entendemos que o IPVA pode e deve ser parcelado. A proposta do parcelamento é em 10 vezes. Isso contribuirá para que o governo arrecade, e que quem paga o IPVA com dificuldades possa pagar esse tributo em 10 parcelas.

Esperamos, agora, sob a presidência do deputado Marcelo Nilo, ele que vem enaltecendo esta Casa, as reuniões das comissões, a presença dos deputados em uma sessão de segunda-feira, com quórum favorável, pois a Assembleia da Bahia, segundo o jornal *Valor Econômico*, é uma das mais austeras do Brasil... O presidente fez um apelo para que os deputados deem entrada em projetos, porque quer celeridade. Então, esperamos que esse projeto do IPVA, com o parcelamento em 10 vezes, possa ser imediatamente aprovado.

Preocupa-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, que os professores da Universidade Estadual de Feira de Santana, da UESC, no eixo Itabuna-Ilhéus, da Uneb e da UESB, de Vitória da Conquista, deflagrem uma greve, que será iniciada na quarta-feira. A movimento professores tem como principal bandeira e reivindicação o aumento do orçamento das universidades estaduais em, no

mínimo, 7% da Receita Líquida de Impostos - RLI.

A minha preocupação é que o Brasil vive um momento difícil. E a Bahia também. A minha preocupação é que a UESB mantém, hoje, mais de 10 mil estudantes, deputada Fabíola Mansur, em Vitória da Conquista, Itapetinga e Jequié. Uma greve da universidade será um prejuízo incalculável para a economia das três cidades.

Queremos lembrar que o professor Roberto Paulo, professor da instituição há 5 ou 6 anos, mostrou em uma pesquisa, num livro, que o PIB dos alunos em Vitória da Conquista, há 5, 6 anos, superava toda a economia, toda a circulação de dinheiro em relação à produção do pólo cafeeiro. Hoje esse PIB é bem maior, eu diria que a diferença é mais larga. O PIB dá uma contribuição do alunado muito maior do que uma das principais riquezas que é o café na cidade de Vitória da Conquista.

Portanto, pedimos ao governo para que dê atenção às universidades. Itapetinga vai sofrer na sua economia, Vitória da Conquista, Jequié e, por certo, Itabuna e Ilhéus e a cidade de Feira de Santana porque esta paralisação, esta greve motivará o retorno dos alunos para suas casas, e esses municípios sofrerão com suas economias.

Está aí o apelo ao governo para que as universidades recebam uma atenção especial.

Muito obrigado, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra à nobre deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. Servidores da ALBA que estão aqui reivindicando as suas questões, contem com a nossa solidariedade, com o nosso apoio.

Quero, primeiro, presidente Marcelo Nilo, pela proximidade de V.Ex^a com o prefeito de Camaçari, gostaria de fazer um apelo para que ajudasse a resolver duas questões sérias e graves no nosso município. Uma é a greve dos servidores municipais. O prefeito se nega a dialogar com eles.

A outra questão é sobre a privatização da feira de Camaçari. O município virou uma confusão depois de um projeto grandioso de shopping que o prefeito Ademar quer implantar no local da feira, e sabemos que não comporta. O feirante não tem condição de assumir os custos do projeto. Existe hoje um reboiço, uma revolução no município de Camaçari. Sei da proximidade do presidente Marcelo Nilo e desta Casa com o prefeito. Gostaria também de pedir às pessoas da Casa que nos ajudasse nessa discussão para que as coisas se arrumem. Que o prefeito ouça o feirante, ouça quem frequenta a feira, e não queira empurrar goela abaixo do feirante uma privatização, deputada Fabíola Mansur, que não cabe, não comporta, porque a feira está no centro da cidade, e sabemos que lá não tem condição de colocar. É uma área nobre que deve ficar com o feirante. No debate que eles fazem sobre a questão da isenção, eu pergunto se tem isenção para a Ford, para as grandes empresas que chegam para o município de Camaçari, por que não dar isenção de luz, água e outras taxas para os

nossos feirantes?

Quero registrar o meu apoio e solidariedade aos 1.800 feirantes do centro de Camaçari. Estou junto com eles nessa batalha. O shopping que o prefeito idealizou é muito bonito. Que ele coloque na orla, mas deixe o feirante ali sossegado, ganhando o pão para sua família onde estão há mais de 40 anos.

Aproveito também para fazer um apelo aos líderes para que voltemos a fazer esse debate com o governador sobre o pedágio na via metropolitana, via expressa, como chamávamos inicialmente. Camaçari, principalmente a orla de Vila de Abrantes, não aceita. Temos várias manifestações e movimentações agendadas, mas eu gostaria de saber, líder Rosemberg Pinto, se através da sua interferência, convencemos o nosso governador a pedagiar essa via e deixar o pedágio como está lá.

A população de Camaçari, principalmente da orla, já assimilou aquilo, já nos adequamos. Não dá para fazer essa mudança agora. Quinze anos sem pagar pedágio; a população de Vila de Abrantes para baixo, até o Rio Joanes, não aceita, e sabemos das pressões que estão acontecendo lá.

Quero, neste último minuto que nos falta, convidar os deputados e deputadas. Dia 18 todo mundo sabe que é o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Em 1973, no dia 18 de maio, uma criança de 8 anos, chamada Araceli, foi agredida, estuprada, sequestrada, e até hoje seus agressores não foram punidos. Precisamos relembrar esse dia, porque, uma coisa dessas, acontecida há 40 anos, ainda acontece hoje.

A Lei Federal nº 9.970/2000 instituiu o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. Na segunda-feira, a partir das 9 horas, no “plenarinho” desta Casa, vamos fazer uma audiência pública. Já temos confirmada a participação de várias instituições, vários órgãos que fazem defesa de crianças e adolescentes, que lutam contra esse tipo de crime e agressão contra nossas crianças. Quero aproveitar para convidar todos os deputados a participar dessa nossa agenda para que, realmente, façamos um debate e continuemos fazendo um apelo para que todo criminoso, nesse sentido, seja punido.

Vimos que valeu a pena a luta para colocar a banda *New Hit* na cadeia, para o Tribunal de Justiça denunciar o ex-secretário, promotor Almiro Sena, que praticou assédio moral contra 16 funcionárias suas. Depois da nossa pressão, vimos passos serem dados no sentido da punição.

Muito obrigada. Falarei de outros assuntos daqui a pouco.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Junior):- Concedo a palavra ao deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, Galerias, aqueles que nos ouvem e nos assistem nos gabinetes, através da *TV Assembleia*, trago algumas notas, alguns registros, nesta breve intervenção. Inicialmente, gostaria de saudar e cumprimentar a todos os amigos de Maetinga pela passagem dos 30 anos daquela bela cidade sertaneja. Esse aniversário transcorreu no

último dia 9, sábado. Quero dar meus parabéns, o abraço de toda nossa equipe, dos nossos gabinetes de Vitória da Conquista e aqui de Salvador, do deputado federal Waldenor Pereira, aos amigos: o prefeito Ed Carlos, o vice-prefeito Armênio Barros, os vereadores Francisco Júnior, o nosso companheiro Lio Ananias, Maria Pereira, Brasilino Neto, Professor Arnaldo, Adailton e os nossos militantes do sindicato dos trabalhadores rurais, os quais cumprimento na pessoa da nossa presidente, D. Lourdes.

Da mesma forma, Sr. Presidente, gostaria também de antecipar os meus parabéns aos amigos de Condeúba pela passagem dos 154 anos daquela bela cidade. Nesta oportunidade, quero abraçar o nosso querido amigo prefeito, companheiro Guto; abraçar os vereadores Silvano, Carlito Manoel, Professora Conceição, Tiago Teles, Adailton Ramos, Carleto, companheiro Hélio, José Marques, enfim, todas as lideranças, e de modo especial a vice-prefeita Jesuina Ribeiro. São lideranças que têm feito um trabalho extraordinário naquele município de Condeúba. Estaremos lá no final de semana, nas duas cidades. Embora Maetinga tenha aniversariado no dia 9, os festejos serão no final desta semana.

Gostaria, também, Sr. Presidente, de trazer nesta intervenção rápida a notícia da presença, hoje, na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, do nosso vice-governador e secretário do Planejamento, o deputado federal João Leão. Foi uma reunião de trabalho, de discussão, na qual o secretário, com seus assessores, apresentou àquela comissão os grandes eixos do PPA, as grandes obras que haveremos de concluir, do Governo Rui e muitas obras que, também, serão iniciadas.

E, aí, destaco, evidentemente, para a nossa região, o compromisso assumido e iniciado pelo Governador Jaques Wagner que é a Ferrovia Oeste-Leste, pois a mesma passa ao lado de Jequié, mas tem uma incidência muito forte nas mediações de Vitória da Conquista.

Da mesma maneira, esta ferrovia impactará toda a região do território sertão produtivo no sentido de Guanambi, São Francisco e vai seguindo para o Oeste da Bahia ligando, portanto, definitivamente, a Bahia ao dinamismo do Centro-Oeste, Norte e do Oeste do Brasil, porque a ferrovia, ao passar por aquela região, será entroncada, posteriormente, na Ferrovia Norte-Sul.

O nosso secretário, também, sinalizou para algumas reformas estruturantes em toda a região do interior, porque o grande debate é este que devemos fazer. Nos próximos anos precisamos, precisamos consolidar o desenvolvimento no interior da Bahia. Este modelo precisa ser acelerado em função da tradicional concentração industrial econômica aqui no Recôncavo.

Ora, na região Ilhéus-Itabuna, como foi o período do século XIX assim como nos séculos anteriores, era o açúcar; agora, no século XX, sobretudo, nesta metade do século XXI, aqui no Recôncavo, com a Petrobras e com o Polo Petroquímico.

Portanto, este modelo de levar o desenvolvimento para o interior é um modelo que nós defendemos e haveremos de consagrar neste primeiro ano do governo Rui Costa, porque temos, também, aí, toda uma equipe que são os partidos da base aliada, pois eles têm uma vocação interiorana.

Por isso, Sr. Presidente, fiquei muito feliz hoje. Tenho certeza de que este debate haverá de prosperar nos próximos eventos daquela secretaria.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Concedo a palavra ao nobre deputado Alex da Piatã.

O Sr. ALEX DA PIATÃ:- Sr. Presidente e deputado Leur Lomanto Junior, Srs. Deputados, público nas galerias, servidores da ALBA, TCE e TCM, todos os que nos assistem pela *TV Assembleia*, quero, hoje, em primeiro lugar, deixar, aqui registrado, nesta Casa, os meus parabéns a duas cidades que completaram 30 anos neste final de semana.

Uma delas é Capim Grosso. E, aqui, em nome do vereador Samuel Mototáxi, estendo os meus cumprimentos a toda a população daquela cidade importante e uma das que mais tem crescido nesses últimos anos por ser um entroncamento importante. Então, em nome dele que faz um trabalho brilhante, lá, na Câmara de Vereadores ao combater as injustiças daquela cidade, eu deixo registrado meus parabéns para a cidade de Capim Grosso.

A outra é a cidade de Nordestina, região da qual faço parte. Também, parabenizo aquele povo em nome do ex-prefeito Geraldo e do vereador Tião, o mais bem votado da história daquele município, pois, também, tem feito uma atuação no sentido, de cada dia, buscar o melhor para aquela população.

Quero aproveitar, também, este momento aqui na tribuna, neste dia importante, a fim de parabenizar todos os enfermeiros. Hoje é o Dia dos Enfermeiros. Como eu fui secretário de Saúde do meu município, não poderia esquecer, no entanto, deste dia tão importante onde, muitas das vezes, não damos a importância que merece a esta profissão tão brilhante.

Os enfermeiros estão em todas as áreas da saúde. Não sei o que seria de todos nós se não fossem os enfermeiros. Esses profissionais estão presentes desde a alta complexidade como nos hospitais e em todos os momentos como na área de média complexidade assim como nos exames.

E, principalmente, os enfermeiros estão presentes na área mais importante que é a de prevenção de doenças. Nesta área, é onde eles mais contribuem, onde são figuras muito importantes para o futuro da saúde do nosso povo, para o futuro da saúde das nossas cidades, do nosso Estado e do nosso País.

Pensem nas áreas de prevenção e dos postos de saúde. São os enfermeiros quem gerencia os postos, que fazem a gestão de todos os funcionários e de todos os colaboradores. Os enfermeiros estão mais próximos da comunidade. Então, toda a saúde preventiva tem uma importância fundamental da presença do enfermeiro.

Quero, aqui, deixar os meus parabéns neste dia tão importante, pois é o dia desta profissão. Tenho certeza de que nos honra muito o fato de ter um enfermeiro no dia a dia conosco para cuidar da saúde do nosso povo.

Quero aproveitar, também, os poucos minutos que me restam a fim de

parabenizar a Comissão de Saúde. A deputada Fabíola, hoje, não está aqui. Mas, deputados Alan e José de Arimatéia, hoje, tivemos uma sessão. Eu quero parabenizar V.Ex^{as} pelo brilhante debate que construímos em torno dessa dificuldade da optometria com a oftalmologia.

Mas vamos debater muito mais. Dizia, há pouco, à deputada Fabíola que, ainda não conheço, tecnicamente, tão bem cada uma das modalidades. Não tenho, ainda, uma opinião cem por cento formada. Mas prometo participar desse debate. Entendo os posicionamentos diferentes. E a deputada Fabíola tentava me convencer.

Entendo ser esta é uma matéria em trâmite no Congresso Nacional. Por outro lado, compreendo não podermos, em cada Assembleia Legislativa, regulamentar a profissão. Mas, tenho certeza de que este debate, também, irá nos enriquecer bastante.

Por enquanto é só.

Meu boa-tarde, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Concedo a palavra ao nobre deputado Targino Machado pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, senhores das galerias sejam bem-vindos, senhores da imprensa, senhores funcionários, eu quero dar uma satisfação, porque, hoje, eu deveria usar o tempo do Grande Expediente. Eu publicizei isso. Então, eu deveria usar o maior horário na sessão que é o do Grande Expediente. Publicizei, até, nas rádios, hoje, em Feira de Santana.

Mas, por solicitação de vários colegas, eu abrirei mão de usar, no dia de hoje, esse horário para não polemizar mais sobre determinado assunto e expor, para os meus colegas de Oposição, que estão com respeito a esse assunto, em uma situação de saia justa. E eu sou colega, respeito, entendo e abri mão do horário do Grande Expediente.

Quero dizer que, hoje, deve entrar em votação nesta Casa o projeto de lei que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo e temporário e dos proventos de aposentadorias da Assembleia Legislativa na forma que indica. Este projeto traz o que chama de reajuste da mesma forma e do mesmo molde daquele projeto dos servidores do Estado.

Na minha cartilha, não existe dois pesos e duas medidas.

Estou vendo muita gente, aí, dizendo que não podemos votar contra os servidores. Eu não votarei contra os servidores. Votarei contra este reajuste porque este não é reajuste. Como ficam os meses de janeiro e fevereiro em relação ao índice adotado de 6,41%? Como ficarão os meses de março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro?

Sinceramente, não entendo como se dá 10% de aumento para a tarifa de água e 12%, de uma vez, para a energia elétrica! E se quer que o pobre do servidor pague a conta!

O servidor não roubou a Petrobras, não desviou dinheiro de lugar nenhum, nem do Estado, nem do TCE, nem do TCM, muito menos da Assembleia Legislativa. E quem tem de pagar a conta é, sempre, o lado mais fraco. Infelizmente é assim. A corda só estoura do lado mais fraco.

Mas, mandando o recado a quem interessar possa, eu quero dizer que, em agosto de 2013, deputado Leur Lomanto, eu fui submetido a uma cirurgia cardíaca no Incor, em São Paulo. Em novembro de 2014 fui submetido a um procedimento cirúrgico de artroscopia no joelho esquerdo, também lá em São Paulo, no Hospital Albert Einstein. E no dia 6 de março deste ano fui submetido a uma segunda cirurgia cardíaca de ablação do coração para correção de uma fibrilação atrial e *flutter* atrial.

Digo estas coisas para manifestar o meu sentimento de gratidão com o deputado Marcelo Nilo, que nas três oportunidades me procurou para colocar a Casa à minha disposição, porque é uma tradição as Casas Legislativas ajudarem seus parlamentares nesses momentos. Sou grato ao deputado Marcelo Nilo por isso.

Mas sou ainda mais grato a Deus por ter me iluminado em não ter aceitado a ajuda oferecida pelo deputado Marcelo Nilo por uma razão só. Por uma razão só. Se paga a do deputado, se a cirurgia do deputado é paga, a do funcionário também terá que ser. Aqui não podem existir dois pesos e duas medidas, não pode existir essa história. Quem ganha mais é o deputado. E nós deputados nos demos 18% de aumento no nosso salário. Como é que agora vou votar para o funcionário da Assembleia Legislativa 6,41% fracionados? Isto é uma vergonha!

Deputado Marcelo Nilo, pelo amor de Deus, meu irmão! Você tem bom coração. Apelo para V.Ex^a enxugar a máquina no que for preciso e mandar ao governo do Estado uma sinalização de que o governador está errado. Pode-se dar um aumento maior.

Que pena sinto dos servidores do TCE e do TCM, que vão ficar somente no desejo dos 6,41% retroativos à data-base! Vocês não estão pedindo favor. É desta Casa a obrigação de fazer. (Palmas!) Mas infelizmente é assim.

Não falarei no Grande Expediente porque, se fosse, iria falar do adesismo meia-boca, já que agora para ser adesista até se justifica e é à meia-boca.

Deputado Sandro Régis, não aponte assim! Atendi o pedido de V.Ex^a, mas não podia deixar de falar. Adesismo meia-boca.

Ontem, Rosemberg, entrando aqui neste Plenário, um colega nosso, deputado Leur, me pegou pelo braço e perguntou: “Vocês viram? O deputado Vando aderiu, votou contra nós.” Respondi: “Ora! Se o presidente do DEM, meu presidente, o deputado José Carlos Aleluia, aderiu, por que Vando não pode aderir?”

Abriam as portas lá na Câmara Federal, passaram oito deputados pelas cancelas de uma vez só.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior):- Com a palavra o deputado José de Arimatéia pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, *Canal Assembleia*, venho a esta tribuna dizer que tivemos hoje na Comissão de Saúde uma discussão de muita importância com respeito à legalidade e também ao direito que os optometristas têm de exercer essa função que tem ajudado a milhares de baianos, até porque nós sabemos que atualmente na Bahia só existem 603 oftalmologistas para atender a uma população de 15 milhões de habitantes.

Os optometristas já estão em 90% dos municípios da Bahia. Está tramitando no Congresso Nacional a regulamentação dessa profissão. A Comissão de Saúde, no dia 02 de junho, terá uma audiência pública em que os profissionais estarão também falando da sua experiência, do seu atendimento, do seu reconhecimento pela população, pelo Ministério da Educação, pela Organização Mundial da Saúde, pela própria presidenta da República Dilma Rousseff, enfim, eles estão exercendo aquilo que realmente precisa o nosso Estado, o nosso Brasil.

O Brasil não está preparado para ter só um segmento que venha cuidar da saúde visual. O Brasil tem que ter parceria, os oftalmologistas precisam desse amparo, porque eles não têm condições de atender a demanda, por isso essa discussão hoje, Sr. Presidente.

Outra coisa, Sr. Presidente, que eu gostaria de deixar aqui e fazer uma convocação aos Srs. Deputados, principalmente da Comissão de Defesa do Consumidor, que amanhã teremos aqui uma audiência pública na comissão em que ouviremos os representantes da Coelba e da Anel, para que possamos ver essa situação que está acontecendo com o consumidor, principalmente no que diz respeito a receber dois recibos de luz todo mês; a questão da tarifa para religação, isso também está acontecendo. Muitas vezes o cidadão passou 30 dias sem pagar, ela já corta a energia, o fornecimento, e para religar tem que se pagar uma taxa.

Então, são essas discussões que amanhã teremos na Comissão de Defesa do Consumidor. Amanhã, às 10 horas, traremos aqui essa discussão e esperamos contar com o apoio dos demais colegas que fazem parte dessa comissão, para que esta Casa possa se manifestar naquilo que a população está pedindo. Não podemos admitir esses aumentos abusivos e também pagar duplamente um recibo de luz. É o que vem acontecendo com vários consumidores. Amanhã queremos esses esclarecimentos. A própria Anel deve também as suas explicações.

Outro assunto, Sr. Presidente, para concluir, é que teremos, no dia 22 de maio, em Feira de Santana, a Agenda 10 do Partido Republicano Brasileiro. E aqui está aberta a participação desse evento importante em que o PRB este ano completará 10 anos de fundado. E essa Agenda 10, além de mostrarmos a importância do Partido Republicano para o Brasil, para a Bahia, também queremos fazer um chamamento para aqueles que ainda não se filiaram a outros partidos. E o Partido Republicano Brasileiro é o único Partido que é 10 e é um Partido ficha-limpa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado, Líder da Oposição, Sandro Régis, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores que se fazem presentes, Sr. Presidente, na Sessão Itinerante de Santo Antônio de Jesus, quero até fazer um apelo aqui ao nobre Líder do PT, deputado Rosemberg Pinto, vimos diversas manifestações em relação aos terceirizados do Estado da Bahia. Esses terceirizados, deputado Paulo Rangel, na sua grande parte, recebem um salário-mínimo e há casos que o governo tem mais de 3 meses que não repassa a verba destinada ao salário. Hoje, ao pegar um elevador da Assembleia, um ascensorista me falou: “deputado, o que está acontecendo? A minha irmã trabalha numa escola estadual, é merendeira e há 3 meses não recebe o salário!”

Acho, deputado Rosemberg Pinto, que isso o governo tem que tratar com mais responsabilidade! Uma coisa é você atrasar pagamento de quem tem condições, de quem tem recursos! Mas atrasar pagamento daquele que ganha um salário-mínimo, que muitas vezes aquele salário é o que compra o pão, que compra o café, que compra o alimento, que nem dá para chegar ao final do mês! Acho que o governo do Estado da Bahia está se perdendo nessa questão!

Quando você abre o jornal *A Tarde* de domingo, deputado Herzem, você vê aquela nota das 193 obras paradas do Estado da Bahia, e as construtoras reivindicando R\$ 200.000.000, deputado Luciano, e, desses R\$ 200.000.000, a grande parte é de escola!

Já que o governador está viajando para o interior e visitando as escolas, por que não visita essas escolas que estão paralisadas, cujas obras foram interrompidas porque as construtoras não recebem? Por que não conversa, deputado Rosemberg Pinto, com as merendeiras, com os porteiros que estão há mais de 3 meses sem receber salário? Isso é uma desumanidade!

A Embasa aumenta 10%, a gasolina é a mais cara do Nordeste, a energia aumenta! Você hoje não repete a feira, deputado Herzem Gusmão, de uma segunda a uma segunda! E o governo não paga às terceirizadas! Que na sua grande parte é abaixo do salário-mínimo! Faço aqui um apelo a V.Ex^a! Eu sei que V.Ex^a não concorda! Mesmo V.Ex^a sendo do Líder do PT, sempre teve altivez nesta tribuna para criticar quando não concorda com as atitudes do seu governo. E realmente V.Ex^a viu o constrangimento que diversos parlamentares passaram lá na sessão itinerante, em Santo Antônio de Jesus, onde as vaias eram grandes, deputado Zé Raimundo!

Sei que V.Ex^a também não concorda com o fato de as terceirizadas não estarem recebendo e os pais de família não estarem recebendo o salário! Falo, professor, de merendeira, de zelador, de pessoas que recebem em média um salário-mínimo, que com essa inflação, não chega ao final do mês, deputado Herzem! Agora imaginem 3 meses sem receber! Quando esse pai de família receber esses 3 salários, não pagará a metade dos seus débitos! Porque ele vai ao mercado e faz uma feira na segunda, mas na sexta a inflação do PT já dobrou o valor dos produtos.

Então faço aqui, nobre Líder do PT, Prof. Zé Raimundo, um apelo a V.Ex^a: sente com o governo, regularize a questão dos terceirizados, deputado!

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Para concluir, Sr. Presidente.

(...) Porque estamos tratando aqui de pessoas que ganham um salário-mínimo!
(Palmas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Srs. Deputados Sr^{as} Deputadas, servidores da Casa que vêm aqui apreciar a votação do reajuste salarial, imprensa, servidores que trabalham aqui na Assembleia, Sr. Presidente, primeiro quero dizer que é verdade, o jornal *A Tarde* de domingo apresenta uma série de obras que estão paralisadas. Mas o governo do Estado tem feito um esforço imenso para retomar essas obras, e o governador Rui Costa orientou a Secretaria de Desenvolvimento Urbano a verificar a situação de cada empresa para que se possa pagar o atrasado e seja dada continuidade às obras, a fim de atender aos anseios da população.

Várias dessas obras, inclusive, foram obras debatidas com diversos deputados e prefeituras. Deputado Sandro, uma coisa inusitada é que na cidade de Nova Canaã, entre essas obras... Hoje até liguei para conversar com o diretor da Sedur, e a prefeita... Nós já regularizamos a situação, uma obra de 769 mil reais, de emenda parlamentar do senador Walter Pinheiro. E agora, por um debate político interno, ela diz que não quer mais que continue a execução da obra. Quero fazer um apelo – não sei com qual deputado estadual ela votou nas eleições – para que se possa convencê-la de que nós devemos dar continuidade a essas obras de pavimentação, fruto de uma emenda do deputado Walter Pinheiro.

Ela fez uma carta para a Sedur, deputada Maria del Carmen, dizendo que está dispensando 590 mil reais porque é uma emenda do senador, certamente porque é do Partido dos Trabalhadores, e ela não é do nosso partido. Acho isso um absurdo. É uma situação inusitada. E é verdade o que deputado Sandro Régis coloca aqui, que há algumas obras paralisadas, mas o governador Rui Costa está tentando recursos para retomá-las, nesse primeiro semestre.

Mas, deputado Sandro, quero dizer que hoje debatemos outro tema na reunião da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Realmente, V.Ex^a tem razão, não pactuamos com esse posicionamento em relação ao atraso dos trabalhadores terceirizados da educação. Quero dizer que, às vezes, não é o governo que está devendo. Cada contrato desses, deputado Luciano Ribeiro, prevê que as empresas são obrigadas a fazer o pagamento dos salários e de todos os serviços em até 90 dias. Isso é contratual. O grande problema é que algumas dessas empresas não respeitam o contrato. E aí quero assumir aqui também o posicionamento do nosso governo, que deveria ter distratado imediatamente com essas empresas e fazer novos contratos para que os servidores não passem por essas situações de constrangimento. Não só os servidores. É lógico que passamos um constrangimento lá na cidade de Santo Antônio

de Jesus. Mas, o constrangimento que nós, deputados, passamos, não é um pouquinho do mesmo sentimento dos servidores que estão há três meses sem receber salário, sem vale-refeição, sem *ticket*-alimentação. Ou seja, é necessário... Esse tema já levamos ao secretário da Educação, ao governador, nós, da Bancada do PT, debatemos essa questão hoje, não concordamos com esse posicionamento. É verdade, mas não é o governo que está atrasando, quero repetir, o governo está em dia com as empresas. O problema é que está contratando equivocadamente com empresas que não têm patrimônio.

E por último, deputada Maria del Carmen, soube que aquela lei que votamos por consenso dos deputados aqui, a Lei Anticalote, pode não ter aplicabilidade se efetivamente não houver condição de as empresas contratadas terem patrimônio líquido com capacidade de honrar os compromissos com os seus servidores.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia

Há um projeto aqui cujo pedido de urgência foi votado aqui na última terça-feira. Projeto de lei 21.234/2015, da mesa Diretora, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos ocupantes de cargos de provimento efetivo e temporário, e sobre os proventos de aposentadoria da Assembleia Legislativa na forma que indica.

Designo para relatar a matéria o deputado Paulo Rangel.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel para relatar o parecer.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, passo a relatar o parecer ao projeto de lei 21.234/2015.

(Lê):- “ **PARECER**

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.234/2015, de autoria da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, o qual dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo e temporário e dos proventos de aposentadoria da Assembleia Legislativa, na forma que indica.

O projeto de lei que ora passo a relatar, de autoria da Mesa Diretora, tem por objetivo promover o reajuste dos vencimentos dos servidores da Assembleia Legislativa.

A proposta, que reajusta os vencimentos e proventos em 3,5% a partir de 1º de março último e 2,812% a partir de 1º de novembro de 2015, tem o objetivo de recompor a perda remuneratória dos servidores que integram o quadro da Assembleia Legislativa, em decorrência do processo inflacionário em 2014, estendendo-se o reajuste aos servidores inativos, em atendimento a norma

constitucional, e aplicando-se os mesmos índices propostos pelo Poder Executivo, segundo registra a justificativa da proposição, a qual ressalta ainda que "a medida não se aplica aos cargos de Secretário Parlamentar, símbolo SP, os quais têm política remuneratória própria, lastreada na verba da Dotação para Despesa de Gabinete – DDG, fazendo-se necessário, no entanto, a alteração do valor correspondente aos símbolos SP-1 a SP-05A, em razão do reajuste do salário-mínimo nacional, o mesmo ocorrendo com a Função Comissionada símbolo FC-01 e com a Função Gratificada símbolo FG-1. O projeto cuida também da extinção, a partir de 01 de maio, de diversos cargos de Secretário Parlamentar com vencimentos equivalentes ao salário- mínimo."

Trata-se, portanto, de uma medida da Mesa Diretora no sentido da valorização dos servidores do Poder Legislativo, devendo receber o pleno apoio dos Parlamentares desta Casa.

O projeto não recebeu emendas, e considerando que atende aos requisitos de constitucionalidade e legalidade, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pela Mesa Diretora.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 12 de maio de 2015”.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do relator no âmbito das Comissões de Constituição e Justiça, Educação Serviços Públicos, Defesa do Consumidor e Finanças e Orçamento.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado no âmbito das Comissões.

Em votação no Plenário o projeto de lei 21.234/2015, de autoria da Mesa Diretora, que dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos ocupantes de cargos de provimento efetivo e temporário, e sobre os proventos de aposentadoria da Assembleia Legislativa na forma que indica.

Antes de anunciar o resultado, eu gostaria de dizer aos servidores da Assembleia que, desde que eu cheguei aqui, há 25 anos, a Assembleia Legislativa sempre deu o mesmo percentual de reajuste do Poder Executivo. O governador Antônio Carlos Magalhães dava o valor “x”, a Assembleia Legislativa dava o valor “x”; Paulo Souto, valor “x”, a Assembleia valor “x”; César Borges valor “x”, a Assembleia valor “x”; Jaques Wagner valor “x”, a Assembleia valor “x”.

Rui Costa enviou a mensagem, e nós com um orçamento muito apertado. Somos a segunda Assembleia Legislativa mais austera do País, se não me engano. Então, ela tem um orçamento muito apertado, e não poderíamos dar um aumento diferente aos seus servidores.

Portanto, coloco em votação. Os Srs. Deputados aqui presentes permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado, com os votos contrários dos deputados...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se os deputados da Oposição querem

votar contra, a gente pode rejeitar. Não tem problema nenhum. Vamos fazer o seguinte: levarei para a próxima terça-feira. Vai ser voto a voto. Não tem problema nenhum.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, vamos fazer um acordo aqui?

O Sr. Targino Machado:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vejam bem. Aí, fica difícil. Fica difícil. Estou falando o máximo. Se V.Ex^{as} querem rejeitar, a gente rejeita. Se a Bancada do governo quiser rejeitar, a gente rejeita. Fica sem aumento.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^{as} têm o direito de votar do jeito que quiserem. Não estou aqui criticando, não. Agora, eu não posso passar por demônio e os outros por santos. Aqui é uma Casa política onde nós temos de ter a mesma posição política. Se querem rejeitar, para mim não tem problema.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, também quero uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não tem problema. Respeito a posição de qualquer um. Agora, não posso é passar por demônio e os outros por santos.

Questão de ordem do meu querido amigo Targino Machado.

Compreendo a posição do deputado Sandro Régis. Compreendo! V.Ex^a, sendo Líder da Oposição, tem todo o direito. Agora, não podemos passar por uma situação destas.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, quero dirigir-me a V.Ex^a dizendo-lhe que na sua explanação está corretíssimo. Nunca vi nesta Casa, durante estes anos em que estou aqui, aumento diferente do servidor estadual para o servidor da Assembleia. Nunca vi.

Mas não posso, Ex^a, usar de dois pesos e duas medidas. Eu - o senhor assistiu - fiz aqui o desfile das minhas ideias no dia da votação do projeto do governo do Estado. Está-se votando por acordo. Ninguém está obstruindo o projeto, mas não posso deixar de manifestar o meu voto solitário. Sequer pedi para discutir, sequer iria encaminhar voto ou usar alguma manobra regimental.

Entendo que o orçamento da Assembleia está ligado, vinculado ao do Estado. E entendo também as dificuldades econômicas e financeiras por que passa este País e está passando o Estado da Bahia. Reconheço tudo isso. Recebi aqui o comando do Líder da Oposição para sair do Plenário, e preferi não sair, porque V.Ex^a me conhece de longas datas e sabe que eu não caminho em cima de muro. Não me escondo atrás de nenhum biombo. Não preciso me esconder, como V.Ex^a nunca precisou.

O senhor foi um deputado que levou aqui 16 anos na Oposição. Nunca aderiu. Nunca foi adesista e sempre fez discurso contra o adesismo nesta Casa. Tenho certeza de que V.Ex^a entende perfeitamente a minha situação. Há cerca de 20 minutos, deputado Marcelo Nilo, usei a tribuna na sua ausência e lhe fiz um agradecimento público dizendo que é meu credor. Mas não posso, contrariando princípios, votar a favor deste projeto.

Entendo até que a metade dos servidores desta Casa, deputado Carlos Geilson, quer que se vote logo, porque precisa botar no bolso esses 3,5%, retroativos a março,

mas existe uma outra metade que não quer o reajuste desse jeito. Existe, inclusive, faixa ali na Tribuna, e eu quero dizer a V.Ex^a o seguinte: não estou buscando, não estou atrás de dois minutos de fama, não estou querendo colocar V.Ex^a em situação difícil, entendo perfeitamente a situação, e acho que V.Ex^a não tem outra forma, outro jeito, porque o orçamento de V.Ex^a é vinculado ao Orçamento ao Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, antes de passar a palavra eu quero dizer que tenho o maior apreço pelos servidores efetivos da Casa. Tanto é que nós traremos um projeto na próxima semana para que os funcionários que tenham nível superior tenham um percentual dentro do meu limite orçamentário. Eu tenho o maior apreço, agora não existem condições políticas nem condições orçamentárias de nós darmos diferente do Poder Executivo. Desde o descobrimento do Brasil sempre foi igual, não pode ser diferente.

Agora, eu compreendo muito bem o pessoal da Oposição, quero até parabenizar o deputado Sandro Régis, que sempre foi correto, tem uma posição política de um Poder, já que eles obstruíram o projeto do Executivo, tem uma posição idêntica ao projeto do Legislativo, agora eu tenho que compreender que eu não posso passar como se eu fosse uma pessoa que tem algum preconceito contra os funcionários efetivos da Casa, pelo contrário, eu tenho o maior respeito, o maior apreço pelos funcionários. Mas, não posso, politicamente, fazer um projeto diferente do Executivo, vez que o governador ia perguntar, se eu tenho dinheiro aqui acima do que nós planejamos, para o início desse ano, com todos os Poderes. Todos os Poderes, exceto o Poder Legislativo, teve a redução do orçamento para o ano de 2015. O Ministério Público teve, o Tribunal de Contas do Estado teve, o Tribunal de Contas dos Municípios teve, o Tribunal de Justiça teve e a Assembleia foi o único que não teve, porque o nosso orçamento é o mínimo.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu vou na mesma linha de V.Ex^a, inclusive compreendo aqui a argumentação do deputado Targino Machado. Mas, repetindo algo colocado por V.Ex^a, não tem como, V.Ex^a não tem condição política nenhuma, nenhuma, nenhuma de operar um reajuste diferente do reajuste que foi dado aos funcionários do Executivo.

Eu compreendo o processo de obstrução que houve nesta Casa, a discussão que foi feita. Até entendo se as condições fossem melhores, nós não tivéssemos o problema que temos de fluxo de caixa, podíamos estar hoje trabalhando com um reajuste em outras bases. Mas, seria uma incoerência de V.Ex^a, uma incoerência desse Poder, se nós viéssemos a aplicar um reajuste diferente, não só em valor, mas diferente da forma como foi aplicada juntos aos trabalhadores do Poder Executivo.

Portanto, eu gostaria aqui, também, de fazer um apelo, nós conhecemos a justiça com que V.Ex^a tem administrado esta Casa, principalmente naquilo que diz respeito a situações ligadas ao funcionalismo, e gostaria aqui de fazer esse apelo para que a Oposição compreenda, assim como pedir aos nossos pares, hoje, que são

deputados que compõem a Bancada do Governo, que votem, realmente, favorável a essa proposta.

É isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, eu quero aqui dizer a V.Ex^a que a Bancada de Oposição, no projeto do reajuste do servidor público estadual, nós tivemos uma posição muito clara nesta Casa. E nós entendemos que não poderíamos ter duas medidas na mesma situação. Então, a Bancada de Oposição não está presente aqui no Plenário, o nosso posicionamento não é favorável ao projeto, mas, também nós não queremos que o projeto não seja votado.

Então, quero deixar aqui claro que a Oposição, nesse momento, não concorda, eu sei que a culpa não é de V.Ex^a, V.Ex^a sempre acompanha...eu procurei saber do funcionário mais velho desta Casa, desde a Constituição esta Casa sempre vota de acordo com o projeto do Executivo.

Então, V. Ex^a não é o primeiro nem o último a fazer isso. Agora, como nós votamos contra o projeto do servidor público estadual, vamos manter a mesma postura. Mas, quero aqui registrar que a Oposição, em nenhum momento, quer que o projeto não seja votado, pois queremos que os servidores recebam seu aumento

A Oposição não está aqui presente, e estou aqui falando em nome da nossa Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Fica registrada sua posição.

O Sr. Carlos Geilson:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem o nobre deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, quero reforçar as palavras dos nobres deputados Targino Machado e Sandro Régis. Se nós concordássemos com essa forma de reajuste, estaríamos entrando na contramão, já que semana passada votamos contra os mesmos moldes de reajuste para o servidor do Estado.

Como não tem um servidor diferente. Tanto o servidor da Assembleia quanto o servidor do Estado estão sendo contemplados com a mesma forma de reajuste, eu sigo a opinião dos nossos deputados de bancada que devemos nos abster. Não votar contra, para não dificultar a aprovação do projeto. Mas, que fique claro que a Oposição reconhece o esforço de V.Ex^a, tem demonstrado isso nas reuniões da Mesa da qual faço parte, vemos o seu esforço para dar um reajuste melhor aos servidores, contudo não encontra parâmetros que justifique, e que possa ter até recursos para o reajuste merecido pelos servidores desta Casa.

Por isso, eu vou me abster desta votação. Quero que fique claro que não concordo com esse reajuste, assim como discurssei na semana passada, entendendo que o servidor, tanto do Legislativo quanto do Executivo, merecem um reajuste maior. E não seria agora, enquanto na semana passada que votei contra, votar a favor.

Então, seriam dois pesos e duas medidas.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Queria dizer, Sr. Presidente, que tudo é compreensível, inclusive o posicionamento da Oposição.

Com relação ao TCM/TCE, temos tido aqui um tratamento, diria, bom não, extraordinário. Em todos os momentos que o TCM e o TCE estiveram aqui, tivemos tratamento super diferenciado. Nos últimos anos foi importante, inclusive, a nossa intervenção do Legislativo no sentido de ajustar uma situação que tinha um entrave legal grande, e que reconheço seria necessário fazer o esforço que fizemos.

Fizemos, inclusive, recebemos o reconhecimento do sindicato, o reconhecimento dos representantes do TCM e TCE. Como também conheço de perto a situação dos funcionários da Casa que merecem mais. Nós não dizemos que não merecem mais, não. Mas, o que estamos dizendo é que, primeiro, Sr. Presidente, sanar uma informação que às vezes passa em alguns setores da imprensa de que aos deputados foi dado 18%, e aos servidores – ouvi isso pela manhã – não quero polemizar. Mas, aos deputados não foi isso. O reajuste foi dado porque em quatro anos não houve reajustamento. E não se deu reajuste, inclusive, para as comissões e lideranças.

O reajuste foi apenas para os assessores de gabinete. Entendo e defendo essa política salarial, neste momento, não porque é a melhor que nós temos. É a única que temos, e é possível de ser efetivada. Hoje posso dizer, com a máxima tranquilidade, Sr. Presidente, que nesse instante, se nós aprovamos na semana passada o projeto de lei que trata dos reajustamentos salariais do País ou da Bahia, nesse momento no País, a situação é muito mais delicada, porque basta tão somente, presidente Marcelo Nilo, analisar as contas do quadrimestre. Em quase todos os estados dessa federação, a esmagadora maioria, tem as contas do quadrimestre com arrecadação menor do que as correções de orçamento, em todo o País.

Não tem nenhum estado, nesse momento, que possa dizer que está com facilidade de fazer qualquer outra política salarial. Já apontou até a presente data, que muitos estados não terão sequer reajustamento salarial. E, presidente Marcelo Nilo, notícias nos chegam de que têm 14 estados com possibilidade, nos quatro próximos meses, caso não tenha uma mudança de arrecadação, de não terem condição de pagar a folha. E entrarem, inclusive, em problemas graves com relação ao percentual de comprometimento salarial da folha de pagamento. Porque, quando a arrecadação cai, o que acontece? Aí o índice prudencial encosta e muitas vezes ultrapassa o limite. Portanto, o TCM e o TCE sabem, é muito perigoso para qualquer estado.

Queria, neste instante, apenas colocar claramente de que não se trata aqui de nenhuma punição aos trabalhadores. Ao contrário, trata-se de manter a política salarial e ao fim do ano chegarmos pelo menos com a condição de dizer que acumulamos uma situação para que no ano que entra, em 2016, não tenhamos perda salarial. Ou seja, poderemos em determinados meses não alcançar algum ganho econômico ou menor ganho econômico. Mas ao final teremos a manutenção do processo inflacionário. O que nos vai dar uma oxigenação e um fôlego para tentar no

ano que vem uma situação melhor.

Acho que o Brasil e o mundo passam por uma reformulação no sentido do estado, tanto no Brasil como no mundo. As crises estão sendo postas lá no Japão, que cresce 1% este ano, e é um grande líder dos Tigres Asiáticos; lá na China que cresce 6,7% num momento delicadíssimo, numa China que já chegou a crescer 12%. Lá na Alemanha, o país mais rico da Europa, deputado Luiz Augusto, vai crescer 1,7%. Portanto, momento delicado do planeta. E nós, com os pés no chão e a cabeça no lugar, fazemos o nosso dever de casa. E não deixarmos que essa crise afete e gere perdas salariais ou situações que criem um decréscimo no processo evolutivo de melhoria das condições dos trabalhadores.

É um momento de um chá amargo, mas de clareza e de redefinição de movimentos feitos para manter viva a chama da melhoria da qualidade de trabalho e ganhos dos trabalhadores baianos.

O Sr. Targino Machado:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, apenas para comunicar a V.Ex^a e ao plenário que acompanharei o comando do Líder das Oposições, deputado Sandro Régis, pela abstenção.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Em votação o Projeto de Lei nº 21.234/2015. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado por maioria, com a abstenção dos deputados de Oposição presentes.

PROJETO DE LEI Nº 21.234/2015

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo e temporário e dos proventos de aposentadoria da Assembleia Legislativa, na forma que indica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º - Os valores dos vencimentos dos servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo e das funções comissionadas com símbolos FC-02 a FC-08, do quadro da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, ficam majorados em 3,5% (três vírgula cinco por cento) a partir de 01 de março de 2015 e 2,812% % (dois vírgula oitocentos e doze por cento) a partir de 01 de novembro de 2015, incidentes, respectivamente, sobre as tabelas de fevereiro de 2015 e outubro de 2015.

Parágrafo único - A função comissionada com símbolo FC-01 terá o valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) a partir de 01 de janeiro de 2015, permanecendo com este valor a partir de 01 de novembro de 2015.

Art. 2º - Os proventos dos servidores inativos da Assembleia Legislativa serão reajustados no mesmo percentual e data previstos no artigo anterior.

Parágrafo único – Excetuam-se do disposto neste artigo os proventos de aposentadoria que tenham sido fixados na forma prescrita no art. 40 da Constituição Federal, com as alterações decorrentes da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, os quais serão reajustados, no exercício de 2015, na mesma época e índices aplicados pelo Instituto Nacional do Seguro Social ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º - Os valores atribuídos ao exercício de funções gratificadas – símbolos FG e FGR – serão majorados nos mesmos índices e datas constantes do art. 1º desta Lei, excetuado o símbolo FG-1, cujo valor será de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) a partir de 01 de janeiro de 2015, permanecendo com este valor a partir de 01 de novembro de 2015.

Art. 4º - Os vencimentos atribuídos ao cargo de Secretário Parlamentar, símbolos SP-01, SP-02, SP-03, SP-04, SP-05 e SP-05A, custeados através da Dotação para Despesa de Gabinete - DDG, são fixados no valor de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais), a partir de 01 de janeiro de 2015.

Parágrafo único - Ficam extintos, na Assembleia Legislativa, a partir de 01 de maio de 2015, os cargos de Secretário Parlamentar símbolos SP-01, SP-02, SP-03, SP-04 e SP-05A, ficando seus ocupantes automaticamente reclassificados no cargo de Secretário Parlamentar símbolo SP-05.

Art. 5º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações consignadas ao vigente Orçamento da Assembleia Legislativa.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA, 6 de maio de 2015.

A Srª Fabíola Mansur:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Pela ordem, deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Para uma comunicação inadiável.

Só para registrar que no último dia 03 não pudemos registrar, por conta de uma votação semelhante, a nossa homenagem e de todos os Srs. Deputados desta Casa ao Dia do Taquígrafo, que se comemorou no dia 03 de maio: (Lê):- *“Notas taquigráficas é uma expressão muito usada em parlamentos e tribunais de todo o País.*

O trabalho taquigráfico tem fé pública. Por isso é respeitado e requisitado em todas as instituições.

No dia 3 de maio, comemorou-se o dia do taquígrafo, profissional que há 192 anos faz chegar aos brasileiros, em linguagem escrita, os mais diversos assuntos, discutidos no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas, nas câmaras municipais e nos tribunais de todas instâncias.

E com esse sentimento de confiança e credibilidade alcançadas ao longo de todos esses anos de trabalho que homenageamos todos os taquígrafos do Brasil, do Estado da Bahia, especialmente a equipe do departamento de taquigrafia da nossa Assembleia Legislativa da Bahia.”

Quero também prestar a nossa homenagem a todos os enfermeiros e enfermeiras do País e da Bahia pelo seu dia, comemorado no dia de hoje. É uma profissão extremamente importante na condução e defesa da saúde do povo brasileiro.

Muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo): - Declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*